

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento:1) Santa Terezinha Combustíveis Ltda – Posto Cupim, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Cristiano Otoni/MG, PA SLA 32562/2025, com validade até 22/08/2035.

(a)Nathanne Ferreira Viana

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata

29 2118506 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Osvaldo Ferreira de Aquino Junior/ Fazenda Água Limpa, Matr. 40,519 e 40,520, Celeiro Agropecuária Comércio Ltda., CNPJ: 28.401.103/0001-82 e Lava Bem Beneficiamento de Alimentos Ltda., CNPJ: 27.985.345/0001-06 - Beneficiamento primário de produtos agrícolas: limpeza, lavagem, secagem, despulpamento, descascamento, classificação e/ou tratamento de sementes, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muarens, ovinos e caprinos, em regime de confinamento - Irai de Minas/MG - PA/SLA nº 3431/2025, Classe 2.Motivo: A inexistência de elementos essenciais à sua análise.

(a)Bruno Neto de Ávila.

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro.

29 2118182 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, com validade: 10 anos 1) Netzero Brasil Biochar Ltda. - Formulação de adubos e fertilizantes - Campina Verde/MG - PA nº 33592/2025, Classe 1.

(a)Bruno Neto de Ávila

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Triângulo Mineiro

29 2118181 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam

Presidente: Rodrigo Gonçalves Franco

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente no uso de suas atribuições, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA, nos termos do art. 20, II, da Lei Delegada nº 175, de 26/01/2007, alterada pelo art. 16 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, o servidor MARCOS VINICIUS FERNANDES AMARAL, MASP 1.366.222-6 pela remuneração do cargo efetivo de GESTOR AMBIENTAL, Nível II, Grau B, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão do DAI-22 MA1100406, a partir de 27/08/2025.

29 2117998 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

ARQUIVAMENTO DE DATA

O Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba torna público que foi arquivado requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental nos processos abaixo identificados.

*Maurício Yoshimori Kawahara – Intervenção com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - Fazenda Lotes 77 e 79 PADAP, matrículas 27.263 e 27.265 – São Gotardo/MG – PA SEI nº: 2100.01.0010089/2025-70 – Data: 11/08/2025. *Nivton Luiz Rodrigues - Intervenção em Área de Preservação Permanente com supressão de vegetação nativa - Fazenda São Carlos - Tapira/MG - PA/Nº: 2100.01.0031184/2024-92. Data: 06/08/2025. *Nivton Luiz Rodrigues - Intervenção em Área de Preservação Permanente com supressão de vegetação nativa - Fazenda Pouso Alegre - Tapira/MG - PA/Nº: 2100.01.0031194/2024-16. Data: 06/08/2025. *Matheus Gomes Aguiar Rezende - Intervenção em Área de Preservação Permanente com supressão de cobertura vegetal nativa - Fazenda Nova Era - Perdizes/MG - PA/Nº: 2100.01.0062053/2020-65. Data da decisão: 21/08/2025.

(a) Frederico Fonseca Moreira

Supervisor da URFBio Alto Paranaíba

29 2118278 - 1

O Diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, CONCEDE COMPOSIÇÃO REMUNERATORIA,nos termos do art. 20, II, da Lei Delegada nº 175, de 26/01/2007, alterada pelo art. 16 da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, ao servidor Debora Lacerda Ribeiro Henrique, Masp 1.364.390-3, pela remuneração do cargo efetivo de Gestor Ambiental, Nível II, Grau B, acrescida de 50% do vencimento do cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100054, a partir de 28/08/2025.

29 2118000 - 1

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Noroeste do IEF torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental, conforme os processos abaixo identificados:

* Valmir Simão de Oliveira/ Fazenda Saco Grande - CPF nº.***.321.126-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva – Unai/MG - PA nº.2100.01.0021156/2025-21: em 28/07/2025 * Mario Antônio Resende/ Fazenda Boa Vista, lugar São Francisco de Assis - CPF nº.***.105.836-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva – Vazante -MG - PA nº.2100.01.0021122/2025-66: em 06/08/2025 * Espólido de Edvard da Silva Neiva/ Fazenda José Machado e Furnas- CPF nº.***.221.036-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva – Paracatu-MG - PA nº.2100.01.0021869/2025-73: em 06/08/2025 * COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG/Interceptor Córrego Rico DN/300 - CNPJ nº.***.281.106/****- **. Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva -Paracatu /MG - PA nº. 2100.01.0022733/2025-25: em 08/08/2025 * Paulo Henrique Gomes Baeca/ Fazenda Campinas - P. A. Renascer Lote 8, Lote 9 e Lote 10 - CPF nº.***.526.076-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva – Unai -MG - PA nº.2100.01.0020197/2025-15: em 08/08/2025 * Altomar Carlos Durães / Fazenda Rio Claro - CPF nº.***.099.886-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – Arinos -MG - PA nº.2100.01.0022336/2025-74: em 08/08/2025 * MINERACAO REZENDE EXTRACAO DE AREIA LTDA/ RANCHO BEIRA RIO - CNPJ nº.***. 109.873/****- **. Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP - JOAO PINHEIRO /MG - PA nº. 2100.01.0023743/2025-12: em 12/08/2025 * KÁTIA JOSE CAETANO SILVA/ FAZENDA BOLÍVIA - QUINHÃO 5 - CPF nº.***.204.206-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – CABECEIRA GRANDE -MG - PA nº. 2100.01.0022816/2025-15: em 12/08/2025 * EDILIO PERON FERRARI E OUTROS/ FAZENDA BREJO - CPF nº.***.359.709-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – JOÃO PINHEIRO -MG - PA nº. 2100.01.0023199/2025-53: em 12/08/2025 * Miriam de Sousa Campos/ Fazenda da Mata

Grande e Bolívia - CPF nº.***.511.176-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – CABECEIRA GRANDE -MG - PA nº. 2100.01.0022597/2025-11: em 12/08/2025 * RIO DA PRATA AGRÍCOLA LTDA/ FAZENDA SANTA EDWIGES - CNPJ nº.***.689.282/****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - JOAO PINHEIRO /MG - PA nº. 2100.01.0024320/2025-50: em 20/08/2025 * Ugo Siqueira Monteiro e Outros/ Fazenda Currallinho e São Caetano - CPF nº.***.731.866-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas viva – Paracatu-MG - PA nº. 2100.01.0024200/2025-89: em 20/08/2025 * PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS - MG / MUNICIPIO DE ARINOS - MG/ FAZENDA IPOEIRA - CNPJ nº.***.125.120/****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - ARINOS/MG - PA nº. 2100.01.0030989/2025-19: em 25/08/2025 * Mapa Construtora LTDA/ Fazenda Santa Helena - CNPJ nº.***.816.332/****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP – Paracatu/MG - PA nº. 2100.01.0045733/2024-22: em 19/08/2025 * Luismael Mutam Costa e Outros/ Fazenda São Geraldo Glebas 1 e 2, Fazenda Santa Maria E Fazenda San Bruno - CPF nº.***.284.256-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas – Paracatu-MG - PA nº. 2100.01.0021028/2024-85: em 25/08/2025 *

(a) Marcos Roberto Batista Guimarães.

Supervisor Regional URFBio Noroeste.

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Noroeste do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme os processos abaixo identificados:

* Maria Aparecida Campos Silva/ Fazenda Colúmbia - CPF nº. ***.372.646-****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Unai/MG, PA nº. 2100.01.0004321/2025-24, em área autorizada de 19,3390(ha). Validade: 3 (três) anos contados da data de emissão da autorização: 20/08/2025 * Florestadora Santa Cecilia Ltda/ Fazenda Santa Cecilia - CNPJ nº. ***.453.098/****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, João Pinheiro/MG, PA nº. 2100.01.0002838/2025-04, em área autorizada de 3.589,0508 (ha). Validade: De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental: 07/08/2025 * Kinross Brasil Mineração S/A/ Fazendas de Propriedade, Servidão e Posse da Kinross Brasil Mineração S/A - CNPJ nº. ***.346.524/****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Paracatu/MG, PA nº. 2100.01.0003399/2025-86, em área autorizada de 3.3487 (ha). Validade: De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº. 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental: 25/08/2025 * Landa Cristhina Vilela Severino Pádua e Outra/ Fazenda Batalha Lugar Dentro Primavera e Fazenda Lavras dos Monjolos Lugar Primavera - CPF nº. ***.467.706-****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Paracatu/MG, PA nº. 2100.01.0019315/2024-67, em área autorizada de 0,5300 (ha). Validade: 3 (três) anos contados da data de emissão da autorização: 06/08/2025 * Fernando Januário Barbosa/ Fazenda Vargem Bonita, Brejo e Suçuarana - CPF nº. ***.226.868-****- **. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, João Pinheiro/MG, PA nº. 2100.01.0027909/2024-53, em área autorizada de 70,00 (ha). Validade: 3 (três) anos contados da data de emissão da autorização: 06/08/2025 * Ademair Antonio Caixeta Mendes/ Fazenda Retiro da Roça - CPF nº. ***.905.511-****- **. Intervenção COM supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP, Lagamar/MG, PA nº. 2100.01.0025124/2024-73, em área autorizada de 5,6873 (ha). Validade: 3 (três) anos contados da data de emissão da autorização: 06/08/2025

(a) Marcos Roberto Batista Guimarães.

Supervisor Regional URFBio Noroeste.

INDEFERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Noroeste do IEF torna público que foi indeferido requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do processo abaixo identificado:

* Jerônimo Guilherme de Paula/ Fazenda Bom Jesus - CPF nº. ***.232.748-**- Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, Arinos/MG - PA nº. 2100.01.0029059/2024-43, data da decisão: 06/08/2025 *

(a) Marcos Roberto Batista Guimarães.

Supervisor Regional URFBio Noroeste.

ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Noroeste do IEF torna público que foi concedida alteração da titularidade de Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: * De: * Daniela de Souza Nollí/Fazenda Esperança, CPF ***.523.276-**, Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, João Pinheiro/MG, Processo SEI Nº 2100.01.0014406/2024-11 em área autorizada de 46,7063 ha Validade: 3(três) anos. Para: Ulisses Ribeiro do Santos Junior/ Fazenda Esperança – CPF ***. 250.748-**, Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo, João Pinheiro/MG, Processo SEI Nº 2100.01.0014406/2024-11 em área autorizada de 46,7063 ha Validade: 3(três) anos. * De: * ADALGISA APARECIDA MOREIRA BARBOSA/Fazenda Pontes - CPF ***. 712.756-**, Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, João Pinheiro/MG, Processo SEI Nº 2100.01.0023050/2023-08 em área autorizada de 43,9201 ha Validade: 3(três)anos. Para: ALEX SANDRO PELOS/ Fazenda Pontes CPF ***.744.366-**, Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo e Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, João Pinheiro/MG, Processo SEI Nº 2100.01.0023050/2023-08 em área autorizada de 43,9201 ha Validade: 3(três) anos.

(a) Marcos Roberto Batista Guimarães.

Supervisor Regional URFBio Noroeste

29 2117962 - 1

REQUERIMENTO DE DATA

O Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental.

*Euripedes Monteiro – Supressão de vegetação nativa – Fazenda Santa Maria – Monte Carmelo/MG – PA SEI nº: 2100.01.0024319/2025-77 – Data: 31/07/2025. *Cláudio Eustáquio Dutra da silva – Supressão de vegetação nativa – Lote 58 do Padap – Rio Paranaíba/MG – PA SEI nº: 2100.01.0025081/2025-61 – Data: 14/08/2025. *Moreira & Costa Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda – Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa e Corte de árvores nativas isoladas – Fazenda Boa Vista ou Boa Esperança, lugares Chácara ou Praça do Rosário – Carmo do Paranaíba/MG – PA SEI nº: 2100.01.0026743/2025-07 – Data: 21/08/2025. *Kessy Diones Galvão Aparecido – Supressão de vegetação nativa – Fazenda Serra Redonda – Tiros/MG – PA SEI nº: 2100.01.0030832/2025-87 – Data: 26/08/2025. *Dilke Alvares Batista de Matos e Outros – Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa – Fazenda Chapadão – Carmo do Paranaíba/MG – PA SEI nº: 2100.01.0029652/2025-34 – Data: 26/08/2025. *Henrique Alves Costa – Supressão de vegetação nativa – Fazenda Salsa – Rio Paranaíba/MG – PA SEI nº: 2100.01.0029601/2025-53 – Data: 26/08/2025. *Eduardo Silvério Ferreira – Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa e Intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa - Fazenda Posses e Cinco Estrelas – PA SEI nº: 2100.01.0029866/2025-76 – Data: 26/08/2025. *José Nunes de Lima 2100.01.0029866/2025-76 – Data: 26/08/2025. *Supressão de vegetação nativa – Fazenda Serra Redonda – Tiros/MG – PA SEI nº: 2100.01.0030752/2025-16 – Data: 26/08/2025. * Ronaldo Araújo Leles – Supressão de vegetação nativa – Fazenda Boa Vista, lugar denominado Córrego Rico – Patos de Minas/MG – PA SEI nº: 2100.01.0030904/2025-83 – Data: 26/08/2025. *Evandro Borges de Paula – Supressão de vegetação nativa e Relocação de Reserva Legal – Fazenda Santa Antônio ou De Baixo – Patos de Minas/MG – PA SEI nº: 2100.01.0031265/2025-36 – Data: 28/08/2025. *Geraldo Magela da Silva – Supressão de vegetação nativa e Intervenção em APP com supressão de vegetação nativa – Fazenda Ribeiro – Rio Paranaíba/MG – PA SEI nº: 2100.01.0031133/2025-11 – Data: 28/08/2025. *Thaneressa Karyne Santos Silva Reis - Supressão de cobertura vegetal nativa

- Fazenda Paraíso - Ibiá/MG - PA/Nº: 2100.01.0017789/2025-41. Data: 30/07/2025. *Marcelo Lima Bligadori - Supressão de cobertura vegetal nativa e Intervenção em Área de Preservação Permanente com Supressão de Vegetação Nativa - Fazenda Formosa, São Paulo e Santa Bárbara - Perdizes/MG - PA/Nº: 2100.01.0014901/2025-29. Data: 30/07/2025. *Capão Seco Participações e Investimentos Ltda - Supressão de cobertura vegetal nativa - Gleba de terras situada na Gleba A, na Fazenda Lagoa Seca - Tapira/MG - PA/Nº: 2100.01.0019485/2025-33. Data: 28/08/2025.

(a) Frederico Fonseca Moreira

Supervisor da URFBio Alto Paranaíba.

29 2118274 - 1

AUTORIZAÇÃO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional da URFBio Alto Paranaíba torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental nos processos abaixo identificados.

*Sebastião Teixeira – Supressão de vegetação nativa – Fazenda Embira, lugar Capão da Embira - São Gonçalo do Abaeté/MG – PA SEI nº: 2100.01.0008825/2025-54 – Data: 06/08/2025. *Instituto Estadual de Florestas - Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente - Fazenda Canavial - Patos de Minas/MG - PA SEI nº: 2100.01.0022106/2025-76 - Data: 22/08/2025. *Sônia das Graças de Jesus Ávila - Supressão de Vegetação Nativa - Fazenda Muro de Pedras - Perdizes/MG - PA/Nº: 2100.01.0016122/2024-45. Data: 20/08/2025.

(a) Frederico Fonseca Moreira

Supervisor da URFBio Alto Paranaíba.

29 2118277 - 1

CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBio Jequitinhonha do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: *Luiz Rogério Sawaya Batista/Fazenda Machado - CNPJ/CPF: ***.583.088-**- Supressão de cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo, emuma área de199,99 ha,sendo 189,5779 ha em caráter convencional e10,4121 ha em caráter corretivo. Couto de Magalhães de Minas/MG - Processo Nº 2100.01.0030572/2024-29 - Validade: 03 (três) anos contados da data de emissão da autorização: 29/08/2025.

(a) Eliana Piedade Alves Machado.

Supervisora Regional da URFBio Jequitinhonha.

29 2118189 - 1

INFORMA DA LAVRATURA DE AUTO DE INFRAÇÃO E APLICAÇÃO DAS RESPECTIVAS PENALIDADES

A Supervisora Regional do IEF da URFBio Centro Oeste, no uso de suas atribuições, conforme artigo 4º da Lei nº 15.971/2006, torna público a lavratura dos seguintes Autos de Infrações e aplicação das respectivas penalidades:

* Tecno2000Industria e Comercio LTDA– AI nº 709634/2025. Cortar, árvores ou plantas de espécies nativas, isoladas, sem proteção especial, localizadas em área comum, sem autorização ou licença do órgão competente ou em desacordo com a autorização ou licença concedida. E Descumprir ou cumprir fora do prazo condicionante estabelecida em autorização para intervenção ambiental. Acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor base da multa por cada condicionante descumprida, a partir da segunda.. Multa simples- Total 110 UFMGs . Anexo III- código 304, e código 353.

(a) Luciana Fátima de Rezende Oliveira

Supervisora da URFBio Centro Oeste

29 2118543 - 1

PORTARIA IEF Nº 61, DE 29 DE AGOSTO DE 2025.

Aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS – IEF no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Regimento Interno do CONSELHO CONSULTIVO do Parque Estadual Serra do Brigadeiro, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º – Para efeitos desta Portaria entende-se:

I - Membro: entidade, órgão ou instituição que representa determinado segmento no conselho;

II - Representante: pessoa indicada por órgão ou instituição que represente um segmento do conselho;

III - Urgência: situações em que não se pode esperar por uma reunião do Conselho para que seja tomada uma medida. O plenário avaliará os pedidos de urgência para verificar sua pertinência;

IV - Ad Referendum: sujeito à aprovação ou referendo do Plenário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2025

Breno Esteves Lasmar

Diretor Geral do IEF

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO

Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual Serra do Brigadeiro.

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O presente documento tem por objetivo estabelecer o Regimento Interno do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, estabelecendo, assim, todas as normas e procedimentos a serem respeitados no âmbito de atuação do referido Conselho.

Art. 2º - O Conselho de Unidade de Conservação é regido pelas disposições constantes da Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto Federal Nº 4340, de 22 de agosto de 2002, Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Lei 14.184 de 30 de janeiro de 2002, pelo presente Regimento Interno e demais normas aplicáveis.

Capítulo II

Da finalidade e competência

Art. 3º - O Conselho tem por finalidade auxiliar o Órgão Gestor da Unidade de Conservação na nobre tarefa de implementá-la, competindo-lhe propor diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação e de sua Zona de Amortecimento.

Parágrafo único - As pautas, atas e decisões das reuniões de Conselho deverão ser publicadas, tanto no quadro de avisos da Unidade de Conservação, bem como nos endereços eletrônicos dos respectivos Conselhos, podendo ser disponibilizadas, ainda, nos veículos de comunicação próprios da Unidade, como também, via redes sociais, tais como aplicativo “whats app”.

Art. 4º - São atos do Conselho:

I - Diretiva: quando se tratar de estabelecimento de orientações gerais para elaboração e revisão das normas regulamentares do próprio Conselho;

II - Recomendação: quando se tratar de manifestação acerca da implementação de políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação;

III - Moção: quando se tratar de matéria dirigida ao Poder Público e/ ou à sociedade civil em caráter de alerta, reivindicação, comunicação honrosa ou pesaroa.

Capítulo III

Da organização do conselho

Seção I - Da Estrutura

Art. 5º - O Conselho tem a seguinte estrutura:

I - Presidência;

II - Plenário;

III- Grupos de Trabalho, tais como:

a) Elaboração, implementação, acompanhamento e revisão do Plano de Manejo;

b) Uso Público;

c) Zona de Amortecimento;

d) Educação Ambiental;

e) Pesquisa e atividade técnico-científica;

f) Elaboração de Plano de Trabalho de Compensação Ambiental;

g) outros.

IV - Secretaria Executiva.

Seção II - Da Presidência

Art. 6º - A Presidência é exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, nos termos estabelecidos pelo art. 17 do Decreto Federal Nº 4340/2002, a quem compete presidir as reuniões do Plenário, sendo substituído, no caso de falta ou impedimento, pelo Supervisor IEF do URFBio Mata ou, na falta deste, por quem for designado formalmente pelo Presidente, em ato próprio, dispensada sua publicação.

§1º - Ao Presidente do Conselho compete, além da condução das reuniões, as seguintes atribuições específicas:

I - Decidir os casos de urgência ou inadiáveis de interesse ou salvaguarda do Conselho, ad referendum, mediante motivação expressa constante do ato que formalizar a decisão, devendo levar ao conhecimento do Conselho para apreciação por meio de reunião ordinária ou extraordinária;

II - Convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, definir os locais e os meios em que esta se realizará (on-line ou presencial);

III - Aprovar previamente as pautas das reuniões;

IV – Submeter à apreciação do Conselho as matérias a serem analisadas;

V - Submeter ao plenário o expediente oriundo da secretaria executiva;

VI - Requisitar serviços dos membros do Conselho e delegar competência;

VII – Recomendar diligências aos grupos de trabalho;

VIII - Constituir e extinguir, ouvidos os demais membros do Conselho, grupos de trabalhos;

IX - Representar o Conselho ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele;

X - Homologar e fazer cumprir as decisões do Conselho;

XI - Assinar as atas dos assuntos tratados nas reuniões do plenário;

XII - Autorizar a divulgação na imprensa de assuntos com apreciação ou já apreciados pelo Conselho;

XIII - Dispor sobre o funcionamento da secretaria executiva e resolver os casos não previstos neste regimento;

XIV - assinar os atos do Conselho;

XV - requerer a dirigente de instituição pública pedido de assessoramento técnico, bem como a elaboração de laudos, perícias e pareceres técnicos necessários à instrução de processos submetidos à apreciação do Conselho;

XVI - fazer o controle de legalidade dos atos e decisões do Conselho;

XVII - promover a articulação do Conselho com os demais órgãos e entidades integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA, visando à compatibilização de suas funções;

XVIII - exercer outras atribuições correlatas;

XIV – Convocar e decidir sobre prazo e forma da reunião de posse dos conselheiros.

Seção III - Do Plenário

Art. 7º - O Plenário é instância superior do Conselho quanto às diretrizes, políticas, normas regulamentares e técnicas, padrões e demais medidas de caráter operacional para a preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos ambientais característicos da Unidade de Conservação, competindo-lhe as seguintes atribuições específicas:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;

VII - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

VIII - estabelecer, sob a forma de diretivas, as orientações gerais sobre políticas e ações de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente relacionada à Unidade de Conservação e sua Zona de Amortecimento;

IX - propor a criação ou a extinção de Grupos de Trabalho;

X - solicitar ao Presidente assessoramento de instituições públicas, municipais, estaduais e federais;

XI- conhecer e opinar sobre o fator de qualidade da Unidade de Conservação, bem como sobre metodologias a fim de aprimorá-lo;

XII- Analisar e opinar sobre assuntos encaminhados à sua apreciação;

XIII - Discutir e votar matérias relacionadas à consequência das finalidades do Conselho previstas neste Regimento Interno;

XIV- Sugerir atribuições, emitir opiniões, aprovar ou rejeitar atos do Conselho ;

XV- Buscar a colaboração da Promotoria Pública do Meio Ambiente nas decisões referentes ao parque e seu entorno;

XVI - exercer outras atividades correlatas;

XVII – propor reuniões extraordinárias.

XVIII - auxiliar na construção do edital de eleição do conselho consultivo do Parque.

Seção IV - Da Secretaria Executiva

Art. 8º - A Secretaria Executiva é unidade de apoio administrativo à Presidência; ao Plenário, bem como aos Grupos de Trabalho, competindo-lhe as seguintes atribuições específicas:

I - Assessorar o funcionamento do Conselho e cumprir as determinações do Plenário;

II - Elaborar a pauta das Reuniões e submetê-la à aprovação da Presidência;

III – Publicar a pauta das Reuniões, nos termos estabelecidos pelo art. 3º, § único deste Regimento, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos antes da reunião ordinária e até 05 (cinco) para reuniões extraordinárias;

IV - encaminhar a pauta de reunião aos conselheiros titulares e suplentes, bem como o material referente à respectiva reunião, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da reunião, ressalvada a hipótese prevista no art.

6º, §1º, inciso I, deste Regimento Interno;

V - Publicar a síntese das decisões do Conselho, nos termos estabelecidos pelo art. 3º, § único deste Regimento, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da reunião;

VI – convocar as reuniões dos Grupos de Trabalho, organizando a respectiva pauta;

VII - fornecer apoio administrativo à Presidência, ao Plenário e aos Grupos de Trabalho para consecução de suas finalidades, inclusive expedir convocação;

VIII - articular o relacionamento do Conselho com os demais órgãos e entidades do Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA;

IX - promover reuniões conjuntas de dois ou mais Grupos de Trabalho, para estudo de problemas que, por sua natureza, transcendam à competência privativa de Grupo;

X - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência do Conselho;

XI - Organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do Conselho;

XII - Colher dados e informações necessárias à complementação das atividades do Conselho;

XIII - Receber dos membros do Conselho sugestões de pauta de reuniões;

XIV- Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todos os documentos que forem expedidos pelo conselho;

XV - Efetuar controle sobre os documentos, mantendo a Presidência do Conselho informada dos prazos de análise e complementação dos trabalhos dos grupos constituídos.

XVI - confirmar a participação dos conselheiros;

Parágrafo único - A função de Secretário Executivo do Conselho será exercida por servidor da Unidade de Conservação devidamente designado pelo presidente do Conselho.

Capítulo IV

Das Reuniões

Seção I - Da Organização

Art. 9º – O Conselho reunir-se-á, trimestralmente, em sessão pública, com quórum de instalação correspondente ao da maioria absoluta de seus membros, deliberando por maioria simples, independentemente da manutenção d quórum de instalação.

§1º - Para efeito do cálculo do quórum de instalação, não serão computadas as entidades ou órgãos com direito suspenso ou desligadas, conforme artigo 18 deste Regimento Interno.



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 3202508300109530113.